

**ATA DA 2ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA EMPRESA DE
PESQUISA ENERGÉTICA - CONCEPE
REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2008**

Preâmbulo. Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às dez horas, no Centro de Convenções do Hotel Guanabara, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 392, Centro, Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o **Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética – CONCEPE**, instituído na forma da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e do Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, constituído nos termos da Portaria nº 333, de 05 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado de Minas e Energia, e convocado pelo seu Presidente. Estiveram presentes os membros do Conselho Consultivo, os Senhores **CARLOS ROBERTO SILVESTRIN, CESAR DE BARROS PINTO, EDUARDO CARLOS SPALDING, EVANDRO CÉSAR CAMILO COURA, FERNANDO LUIZ ZANCAN, FRANKLIN KELLY MIGUEL, JÂNIO VITAL STEFANELLO, JOAQUIM GUEDES COELHO FILHO, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES, LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA, OSCAR MARCONDES PIMENTEL, RENATO WALTER ROLIM RIBEIRO e RICARDO NINO MACHADO PIGATTO**. Participaram da reunião o presidente da EPE **MAURICIO T. TOLMASQUIM** e os diretores, Senhores **AMILCAR GUERREIRO, IBANÊS CÉSAR CÁSSEL, GELSON SERVA e JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS** e, como convidada, a Diretora da ABCE **SILVIA CALOU**.

Abertura. A reunião foi aberta pelo **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES**, que agradeceu a presença dos integrantes do Conselho. Em seguida, indicou a mim, **DENILVO MORAIS**, para secretariar a reunião, em observância ao disposto no art. 6º e parágrafo único, da Portaria MME nº 333/2007. Na seqüência, o Presidente apresentou a pauta da reunião, já enviada aos membros do Conselho, constituída dos seguintes itens: (1) Apresentação da ata da 1ª Reunião do CONCEPE, realizada em 14 de dezembro de 2007; (2) Definição da forma de atuação do CONCEPE; (3) Avaliação dos possíveis impactos do novo cenário macroeconômico mundial nas condições de oferta e demanda do Setor Energético e (4) Avaliação dos impactos do licenciamento ambiental na expansão da oferta e discussão sobre possíveis propostas de solução. O Presidente solicitou a inversão da pauta entre os itens 3 e 4, e obteve a concordância de todos os presentes.

Iniciou-se, então, a apreciação dos assuntos da pauta:

1) Aprovação da ata da 1ª reunião do CONCEPE. O **Presidente do Conselho** perguntou aos presentes se havia algum comentário sobre a ata



previamente enviada para todos os conselheiros. Não havendo manifestação em contrário a ata foi aprovada.

2) Definição da forma de atuação do CONCEPE. O Presidente abriu a discussão sugerindo, com vistas a dar maior efetividade às atribuições do CONCEPE, que o mesmo fosse organizado na forma de Câmaras Setoriais, cada uma delas constituída pelos Conselheiros representantes de áreas afins. Sugeriu que fossem criadas 4 Câmaras, a saber: a de Consumidores e Comunidade Científica; a do Setor Elétrico; a de Fontes Primárias e a de Estado. Propôs, em seqüência: a) que cada Câmara fosse coordenada por um Conselheiro, da respectiva área; b) que as Câmaras tivessem a atribuição de gerar conteúdo para a pauta de reuniões do CONCEPE; c) que a pauta das reuniões do CONCEPE fosse aprovada em reunião prévia dos Coordenadores das 4 Câmaras com o Presidente do Conselho; c) que tanto as reuniões do CONCEPE como as do Presidente do Conselho com os Coordenadores das Câmaras, fossem pré-programadas; d) que todos os documentos, estudos ou propostas pautados para serem apreciados nas reuniões do CONCEPE fossem distribuídos, com a devida antecedência, aos Conselheiros e e) que as solicitações da EPE tivessem preferência de discussão e deliberação, nas reuniões do CONCEPE.

EDUARDO CARLOS SPALDING afirmou que o Conselho deveria tratar as questões de forma ampla e não por temas especializados e demonstrou sua preocupação, como consequência da criação das Câmaras, que se viesse a tratar de temas setorializados. Citou como exemplo, de tema amplo, a questão do meio-ambiente.

CARLOS ROBERTO SILVESTRIN também afirmou sua preocupação quanto a possibilidade de se focar excessivamente sobre temas setoriais e que o fundamental seria discutir-se a integração da matriz energética que, a seu ver, deveria ser o grande objetivo da EPE.

EVANDRO COURA concordou com a sugestão do Presidente do CONCEPE e afirmou que só se aprende fazendo e que a melhor forma seria começar-se logo.

JÂNIO VITAL STEFANELLO também concordou com a proposta do Presidente, de criação de Câmaras.

CESAR DE BARROS PINTO afirmou que a proposta do Presidente poderia recuperar o processo de participação e estimular a contribuição de cada um, em seu campo de atuação.

O Presidente da EPE, **MAURICIO TOLMASQUIM**, afirmou ser importante a discussão de temas e a elaboração de análises que viessem a enriquecer o trabalho da EPE. Citou, como exemplos, o trabalho de análise do mercado que



a EPE vem fazendo com as Associações de Distribuidoras de energia elétrica e as previsões de demanda de gás, feitas em conjunto com a Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS. Lembrou que o foco sobre temas estratégicos é, sem dúvida, de grande importância na preparação da pauta de discussão do CONCEPE, bem como destacou a necessidade de se elencassem temas amplos e motivadores, de maneira a conseguir-se a participação de todos os Conselheiros.

O Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES, entendeu, pela manifestação dos Conselheiros, que a idéia da formação das Câmaras Setoriais havia sido aprovada, comprometendo-se a encaminhar, juntamente com a ata, para a apreciação dos Conselheiros, uma proposta de Regimento Interno para o CONCEPE, com a previsão dos procedimentos para a organização, discussão e aprovação dos temas a serem pautados nas reuniões semestrais do Conselho.

3) Avaliação dos impactos do licenciamento ambiental na expansão da oferta e discussão sobre possíveis propostas de solução. **EDUARDO CARLOS SPALDING** iniciou o debate do tema mostrando a sua insatisfação com o processo de licenciamento ambiental, argumentando que o país possuía um potencial hidrelétrico que lhe propiciava melhores condições de competitividade na economia global, mas que, dada a atuação de algumas instituições, tais como a FUNAI, o Ministério Público e Organizações não Governamentais, tal potencial deixava de ser aproveitado. Lembrou que a atuação dessas instituições não apresentava o mesmo rigor em relação a construção de usinas termelétricas. Comentou sobre a intimidação que vem sofrendo o Diretor Geral da Aneel e, finalizando, sugeriu que o Conselho emprestasse seu peso para apoiar uma atuação relevante nesta questão.

O Presidente da EPE MAURICIO TOLMASQUIM destacou que esta luta não deveria ser contra as Usinas Termelétricas, ou seja, que a questão não era a luta entre alternativas e sim a complementaridade entre elas, havendo, no seu entendimento, espaços para várias fontes de energia. Lembrou que alguns movimentos acreditam que intervenções pontuais, como a re-potenciação de Usinas Hidrelétricas, possam atender a todo o crescimento da demanda de energia elétrica. Sugeriu que os produtores, distribuidores e consumidores de energia, pelo fato de fazerem parte da Sociedade Civil, colocassem publicamente seus pontos de vista e, finalizando, registrou que a EPE, no cumprimento de sua finalidade, a elaboração de estudos de inventários de bacias hidrográficas, vem encontrando dificuldades para adentrar em algumas áreas do país.

FERNANDO LUIZ ZANCAN disse que o Brasil não pode permitir a disputa entre fontes, destacando que o que interessava era uma matriz equilibrada, visando a segurança energética.



A convite do **Presidente**, a Diretora Executiva da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, Silvia Calou, fez uma explanação, cópia anexa a esta ata, sobre o trabalho realizado no Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico sobre o tema em debate e apresentou à EPE e aos Conselheiros as análises e recomendações da entidade aos diversos atores envolvidos com a temática do licenciamento ambiental, assunto de maior relevância aos interesses do país.

4) Avaliação dos possíveis impactos do novo cenário macroeconômico mundial nas condições de oferta e demanda do Setor Energético.

EDUARDO CARLOS SPALDING afirmou que os recursos para financiamento estão escassos e os projetos tendem a ser cada vez mais seletivos. Informou que, para a iniciativa privada, a crise tornou mais aguda a incerteza quanto a novos investimentos, que a competição ficara mais acirrada, exigindo menores preços da energia, mas que os bons projetos continuavam com boa chance de serem viabilizados.

CARLOS ROBERTO SILVESTRIN informou, quanto ao setor sucro-alcooleiro, sua preocupação sobre a escassez do crédito, destacando que os pontos mais críticos eram os novos empreendimentos, pois até projetos já aprovados no BNDES estavam, no momento, com restrições de crédito.

MAURICIO TOLMASQUIM informou que, no último plano quadrimestral da EPE, pelo lado da demanda, foi reduzida a previsão do crescimento do PIB em 2009 para algo em torno de 4%; sem se alterar a previsão para 2010, o que resultou na criação de um colchão de aproximadamente 1000 MW de capacidade instalada. Informou que, pelo lado da oferta, os projetos de curto-prazo não sofrerão maiores dificuldades, pois já estão financiados.

EDUARDO CARLOS SPALDING informou ser preciso aguardar-se um certo período para avaliar-se a dimensão da crise, recomendando que a EPE fizesse um novo ciclo de consultas às empresas para que se pudesse avaliar os impactos setoriais.

LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA concordou que somente em meados do ano que vem a EPE teria maiores e melhores condições de dimensionar os impactos da crise no setor, pois ainda não havia elementos suficientes para avaliação dos cenários.

O **Presidente LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** encerrou as discussões deste item da pauta prevendo uma nova reunião, provavelmente em abril ou maio, onde o tema poderia ser revisitado.

Encerramento. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente do CONCEPE** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu, DENILVO



MORAIS, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada na próxima reunião do Conselho, será assinada pelo Presidente do CONCEPE e por mim.



Luiz Carlos Silveira Guimarães
Presidente



Denilvo Moraes
Secretário